

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-8-2022.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cezar Augusto Schirmer, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 335/22 (Processo nº 0663/22), de autoria de Airto Ferronato; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 389/21 e 135/22 (Processos nºs 0927/21 e 0261/22, respectivamente), de autoria de Mônica Leal. Também, foram apregoados Ofícios nºs 3461, 3462, 3463, 3480 e 3481/22, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Emenda à Lei Orgânica nºs 003 e 002/22, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/22 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 023 e 024/22 (Processos nºs 0678, 0677, 0681, 0679 e 0680/22, respectivamente). Na oportunidade, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma: a José Luiz Ferreira, por solicitação de Bruna Rodrigues; e a Gabriel Marques Cavalheiro, por solicitação de Pedro Ruas. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da Sessão, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foram apregoados os Processos SEI nº 209.00131/2022-74 e 209.00133/2022-63, por meio do qual Daiana Santos informa sua participação, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, nos seguintes eventos em São Paulo - SP: nos dias dezesseis e dezessete de julho do corrente, no 21º Congresso Nacional da União da Juventude Socialista UJS; e nos dias vinte e um a vinte e três de julho do corrente, na Imersão de Formação de Ativistas do Rio Grande do Sul, promovida pela Associação Coletivo Cultural. Na ocasião, foi apregoadado o Processo SEI nº 210.00426/2022-39, por meio do qual Jonas Reis informa sua participação, nos termos do artigo 227, § 1º, do Regimento, em reunião comunitária no bairro Hípica, no dia três de agosto do corrente, das dez às doze horas, em Porto Alegre - RS. Foi aprovado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e dois ao dia vinte e oito de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, o suplente Celso Cirino, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoadada declaração firmada pelo vereador Mauro Pinheiro, Líder da

Bancada do PL, informando os impedimentos dos suplentes Nereu D'Avila, Soraia Maria Rosso Saloum e Volnei da Silva Alves em exercerem a vereança em substituição, do dia vinte e dois ao dia vinte e oito de agosto do corrente. Em continuidade, foi realizado período de COMUNICAÇÕES destinado a assinalar o transcurso do sexagésimo aniversário da Lei nº 4.116, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Corretor de Imóveis, nos termos do Requerimento nº 061/22, de autoria de Márcio Bins Ely. Compuseram a Mesa: Giovane Byl, presidindo; Naor Eduardo da Silva Lagoas e Iara Migon, respectivamente Presidente e 1ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região - CRECI-RS; e Armando Pinto Fontoura, presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Márcio Bins Ely, proponente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao senhor Naor Eduardo da Silva Lagoas, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e um minuto às quinze horas e seis minutos. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES destinado a realizar homenagem aos direitos das pessoas com deficiência, nos termos do Requerimento nº 136/22, de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Nelson Khalil, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre – COMDEPA; Diego Silva da Silva, presidente da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul e diretor da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS; e Vicente Fiorentini, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down. Também, foram registradas as presenças de Adilson Corlassoli, Coordenador da Assessoria de Inclusão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e Lizete Cristina Cenci, representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Alvoni Medina, representando a Mesa Diretora. A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao senhor Nelson Kalil, que agradeceu a homenagem, e ao senhor Diego Silva da Silva, que manifestou-se em Libras, com tradução simultânea por intérprete. Na oportunidade, foi registrada a presença de Fernando Valentim, vereador do município de Miradouro - MG. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta minutos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Claudio Janta, em tempo cedido por João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Leonel Radde, Moisés Maluco do Bem, Alexandre Bobadra, Aldacir Oliboni e Pedro Ruas. Na ocasião, foram apreçados o Projeto de Lei do Legislativo nº 343/22 e os Projetos de Resolução nºs 055 e 056/22 (Processos nºs 0688, 0685 e 0696/22, respectivamente), de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão ordinária. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, para passar imediatamente ao período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/22, o Projeto de Lei do Executivo nº 020/22, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 466/21 e 027, 189, 280, 295, 296, 305, 306, 315 e 326/22 e os Projetos de Resolução nºs 027, 028, 029, 030, 043, 044, 045 e 051/22; e, em

2ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 057/21, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/22 e o Projeto de Resolução nº 047/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mônica Leal. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassiá Carpes, solicitando o adiamento da discussão: dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 613/21 e 073/22 (Processos nºs 1351/21 e 0145/22, respectivamente), por duas sessões; e do Projeto de Lei do Legislativo nº 525/21 (Processo nº 1195/21), por uma sessão. Foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/21 (Processo nº 0449/21). Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Gilson Padeiro, Moisés Maluco do Bem e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/22 (Processo nº 0356/22), e foi aprovado Requerimento solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foram apregoadas as Emendas nºs 05, 06 e 07, assinadas por Alvoni Medina e José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 443/21 (Processo nº 1042/21), e foram aprovados Requerimentos solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foram apregoados Requerimentos de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação das Emenda nºs 04 e 05 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 443/21. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21 (Processo nº 0475/21), com Veto Parcial. Foi aprovado Requerimento de autoria de Daiana Santos, solicitando votação em destaque para o inciso II do artigo 5º e para o art. 9º, todos referentes ao Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21. Foi votado destacadamente e rejeitado o inciso II do artigo 5º do Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21, por trinta votos NÃO, tendo votado Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, considerando-se mantido o Veto oposto a essa matéria. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Kaká D'Ávila votar contrariamente ao inciso II do artigo 5º do Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21. Foi votado destacadamente e rejeitado artigo 9º do Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21, por trinta e um votos NÃO, tendo votado Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, considerando-se mantido o Veto oposto a essa matéria. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21, em sua parte vetada e não destacada,

integrada pelo inciso I do artigo 2º, pelo § 1º do artigo 3º e pelo artigo 7º do Projeto, por trinta votos SIM e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, e optado pela Abstenção Jessé Sangalli, considerando-se rejeitado o Veto oposto a essa matéria. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 570/21 (Processo nº 1285/21), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 570/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 570/21. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 023/21 (Processo nº 0852/21), em votação simbólica verificada nominalmente por solicitação de Pedro Ruas, na qual obteve vinte e cinco votos SIM e quatro votos NÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e votado Não Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/22 (Processo nº 0356/22). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/22, por dezesseis votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foi registrada a intenção de Márcio Bins Ely votar favoravelmente à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/22. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/22, por três votos SIM e vinte e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Gilson Padeiro, Kaká D`Ávila e Moisés Maluco do Bem, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Claudio

Janta, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, retirando-se de priorização o Requerimento nº 075/22 (Processo nº 0371/22) e o Projeto de Lei do Executivo nº 010/21 (Processo nº 0576/21) e apreciando-se imediatamente o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/22 (Processo nº 0446/22). Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e quinze minutos às dezessete horas e dezesseis minutos e das dezessete horas e dezoito minutos às dezessete horas e dezenove minutos. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/22 (Processo nº 0446/22), por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Mari Pimentel e Pedro Ruas, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Celso Cirino, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Às dezessete horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Claudio Janta, foi encerrada a Ordem do Dia. Às dezessete horas e vinte e oito minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Mari Pimentel e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde a todos.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Luiz Ferreira.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Gabriel Marques Cavalheiro.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passo a palavra ao diretor Luiz Afonso para os apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o processo SEI nº 209.00131/2022-74, de autoria da Ver.^a Daiana Santos, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no 21º Congresso Nacional da União da Juventude Socialista, em São Paulo, nos dias 16 e 17 de julho de 2022.

Apregoo o processo SEI nº 209.00133/2022-63, de autoria da Ver.^a Daiana Santos, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na imersão para formação de ativistas do Rio Grande do Sul, promovida pela Associação Coletivo Cultural, em São Paulo, nos dias 21 a 23 de julho de 2022.

Apregoo o processo SEI nº 210.00426/2022-39, de autoria do Ver. Jonas Reis, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião comunitária no bairro Hípica, Porto Alegre, no dia 3 de agosto de 2022, das 10h às 12h.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Em votação requerimento de autoria do vereador Mauro Pinheiro, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 22 ao dia 28 de agosto de 2022. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Mauro Pinheiro, no período de 22 a 28 de agosto de 2022, e em razão da impossibilidade de os suplentes Nereu D’Avila, Soraia Maria Rosso Saloum e Volnei da Silva Alves assumirem a vereança no período citado, declaro empossado o Ver. Celso Cirino, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 60 anos da Lei nº 4.116, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Corretor de Imóveis, nos termos do Requerimento nº 061/22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Naor Eduardo da Silva Lagoas, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região – Creci-RS; o Sra. Iara Migon, vice-presidente do Creci-RS; Sr. Armando Pinto Fontoura, presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul – Sindimóveis.

O Ver. Márcio Bins Ely, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, senhoras e senhores, é com muita alegria que venho a esta tribuna hoje, através deste período de Comunicações, fazer o registro da abertura da Semana do Corretor de Imóveis. Permitam-me aqui saudar o Presidente Giovane Byl, a quem agradeço penhoradamente, porque na semana passada já iniciamos os trabalhos de homenagem aos corretores de imóveis, quando esta Casa conferiu a Rodi Pedro_Borghetti o título de cidadão de Porto Alegre, natural de Flores da Cunha e que foi o primeiro presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, em 1962, quando da homologação da lei. De lá para cá foram quatro mandatos seguidos, de dois anos, que totalizam oito anos, então acho que foi uma justa homenagem que prestou esta Casa, de certa forma também para a nossa profissão. Queria aqui fazer uma saudação muito especial ao presidente Naor, em exercício no Creci, junto com a Iara, nossa vice-presidente, me permita aqui também saudar os diretores Antônio, Cesar e Paulo, que nos acompanham aqui na tribuna de honra demais amigos, corretores de imóveis, conselheiros e colaboradores do Creci, permitam-me aqui fazer um destaque à presença do Ver. Felix Alles, de Santa Maria do Herval, obrigado pela presença; o Ver. Felix, Presidente, também é corretor de Imóveis. E lá em Santa Maria do Herval aprovou também a Semana do Corretor de Imóveis. Muito obrigado, vereador. Quero agradecer a delegação de Vacaria, ao Vinícius, Andreia e Roberto de Andrade, que também abrilhantam os trabalhos, vieram longe, junto com Irlam Martins, nosso amigo lá de Carazinho – todo o Rio Grande representado hoje aqui; em especial, também, saudar a presença do Sindicato dos Corretores de Imóveis, presidente Armando, obrigado – tu e o Guterres, bem como demais conselheiros, vejo aqui o Pires, nossos colaboradores do Conselho; Domingos, querido amigo, representando aqui o Beneficência Portuguesa; obrigado pelo carinho, pela presença. Então, quero, inicialmente, dizer, Presidente, que a própria Zero Hora se encarrega de prestar uma homenagem aos corretores, porque, quando o jornal traz a notícia de que os lançamentos de móveis crescem 43% no 1º semestre em Porto Alegre, é porque bons ventos sopram em favor do mercado imobiliário, da geração de emprego e renda, da busca por moradia. Eu queria destacar, aqui, que a nossa profissão é uma profissão mais do que centenária; desde que a sociedade se organizou pessoas trabalhavam na intermediação imobiliária, em especial quero destacar aqui o ministro Arnaldo Prieto que, em 1962, foi responsável pela regulamentação da nossa profissão. Então, de 62 até a 2022, são 60 anos; e por ocasião da regulamentação, pela primeira vez, naquela oportunidade, foi criado também o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 3ª Região, que é o Creci do Rio Grande do Sul. Claro que, digamos assim, o Creci do Rio Grande do Sul foi na primeira leva; depois outros conselhos regionais, no Brasil, foram sendo instituídos, mas o nosso Creci é pioneiro. Então, acho que isso redobra ainda mais a nossa responsabilidade. Eu queria aqui destacar também os debates que se avizinham em Porto Alegre, em torno do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano_Ambiental, que também diz respeito à organização da cidade,

à ocupação dos espaços urbanos; a áreas de ocupação intensiva; a áreas de ocupação rarefeita; aos nossos 74 quilômetros de orla. Na semana passada, aprovamos um importante projeto de lei que diz respeito também ao território da cidade que está subaproveitado, que é o 4º Distrito, não é, Presidente? Então, eu acredito que a cidade volta os seus olhos para a importância e a relevância que tem no mercado imobiliário, no contexto do desenvolvimento urbano, no agregar qualidade de vida para as pessoas. Muitas vezes, em ações compensatórias e mitigatórias de empreendimentos privados, a cidade também se organiza, a cidade recebe investimentos importantes.

E o nosso símbolo é o colibri, e o colibri, Ver. Oliboni, é o beija-flor, que é o único pássaro da natureza que voa parado, ele voa para trás e para frente, e essa versatilidade do colibri representa o esforço, muitas vezes, do corretor, que leva uma proposta, busca outra proposta, que tem que se reinventar todos os dias, que tem que sair de casa de peito estufado, com brilho no olho, de cabeça erguida, porque ele tem que convencer, tem que vender, tem que buscar uma locação, fazer uma boa avaliação.

Então, quando fala a Câmara, fala a cidade. E hoje, através deste período de Comunicações, nós queremos aqui fazer esta justa homenagem a uma profissão que trabalha com a compra e venda, que trabalha com a locação, que trabalha com a gestão de condomínios, que trabalha com a avaliação imobiliária e que tem uma relação direta, inclusive, com os principais tributos municipais, como o IPTU, que incide sobre os imóveis; o ITBI, que incide também sobre as questões que afetam as guias da transmissão; e o ISSQN, que incide sobre as imobiliárias. Eu diria que a nossa profissão é uma profissão que merece todo reconhecimento desta Casa. Temos colegas aqui corretores de imóveis também, o Ver. Cecchim é corretor de imóveis, nós tínhamos aqui o ex-Vereador Luiz Braz, o Ver. Bobadra é corretor de imóveis. Então sabemos o quanto é importante que nós possamos dar este destaque.

Tivemos, recentemente, um susto na profissão, porque um decreto da Presidência da República, no dia 9 de agosto, simplesmente liberou geral, não era mais prerrogativa exclusiva do corretor uma série de ações que representam o trabalho do dia a dia da corretagem: receber um cliente, mostrar um imóvel. Quando a gente recebe o cliente e está mostrando o imóvel, a gente está vendendo o imóvel, está mostrando a orientação solar, o valor do condomínio, questões de proximidade, uma farmácia, um posto de gasolina, um supermercado. Ali já está se constituindo a compra e venda. Anunciar em *sites*, quem pode anunciar no *site*? Quem pode anunciar no *site* é corretor de imóveis, a imobiliária, o proprietário até também pode, mas não assim qualquer um. E o pior, terminava com a tabela de honorários, que é uma prerrogativa legal instituída e de pura obrigação, dever do sindicato, a gente sabe até que, por uma questão da Cauge, hoje os conselhos não estão mais exigindo e cobrando a questão da tabela, mas a tabela é uma atribuição legal do sindicato. Compete ao sindicato instituir os percentuais e ela representa os honorários dos corretores de imóveis. Então existe uma referência, inclusive na sociedade, de que o horário da corretagem de imóveis, Vereador Pedro Ruas, que também possui corretora na família, é de 6% Já uma referência, em alguns locais é 8%, como no litoral. Então simplesmente terminar com a tabela de honorários é o mais esdrúxulo do decreto assim como a criação, entre aspas, do corretor provisório.

Corretor provisório não existe, Ver. Hamilton. Existe advogado provisório, médico provisório, engenheiro provisório? Profissional liberal ou é profissional liberal ou não é; ou é corretor de imóveis ou não é. Não existe corretor de imóveis provisório. Então, nesse sentido, se restabeleceu e, em menos de 24 horas, se revogou o decreto que realmente vinha para causar um transtorno, uma confusão, porque hoje a sociedade evoluiu muito no que diz respeito ao acesso ao imóvel, Ver. Jessé. Com a substituição da hipoteca pela alienação fiduciária, a segurança jurídica proporciona que hoje os avanços dos financiamentos... Hoje um cidadão pode comprar um apartamento e pagar em 20 anos, Nelson, em 30 anos. Então pessoas que, talvez, nunca tivessem a oportunidade de comprar um imóvel, hoje elas têm condições, um imóvel popular, mas viver com dignidade. Porque o nosso déficit habitacional é enorme, ainda é muito grande. Pessoas ainda vivem em situações clandestinas, irregulares, autoproduzidas, para não dizer invasões. E é dever nosso tentar ajudar a contribuir para a organização da cidade. Espaços de uso coletivo, urbano que ofereçam qualidade de vida, ciclovias, uma boa estruturação do transporte público que dê acesso para que as pessoas possam morar, não é? Às vezes, numa contrapartida, nós temos um posto de saúde, uma escola, uma creche. Um determinado empreendedor que vai fazer 1.000 unidades habitacionais tem que prever ali uma creche, um postinho de saúde próximo. Não pode uma criança ter que andar 10 km para ir para o colégio, ainda mais que a gente sabe o quanto está cara a passagem do ônibus, enfim. Com muita honra, Ver. Hamilton, concedo um aparte. Obrigado.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero parabenizar o Márcio Bins Ely por esta homenagem pelo transcurso de 60 anos da Lei nº 4.116, de 27 de agosto de 1.962, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de corretor de imóveis. Aliás, muito mais do que corretor, é um consultor praticamente, porque tem que atender as necessidades, não só daquele que vai comprar – a quantidade de pessoas na família, necessidade profissional, necessidade também de uma escola –, mas também daqueles que vão vender. Talvez, muitas vezes, até mesmo os valores que as pessoas têm de disponibilidade para fazer o investimento. Enfim, é um trabalho muito difícil, é um trabalho que requer muita sabedoria, persistência porque muitas vezes se mostra vários imóveis para poder não vender um ou vender um. Então, eu que fui representante comercial, por 23 anos, sei muito bem o que uma profissão como essa exige, começando sempre pelo não e tendo a perseverança que requer de todos os profissionais dessa área. Por isso, Ver. Márcio Bins Ely, parabéns pela iniciativa. Muito obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Presidente Giovane Byl, colega Ver. Márcio Bins Ely, parabenizo-o, em nome da oposição, por este Período de Comunicações em homenagem ao transcurso de 60 anos da Lei nº 4.116, de 27 de agosto, de 1.962, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do corretor de imóveis. Olha, para nós, é

muito claro que é muito melhor na nossa vida quando formos comprar um imóvel – e para todo cidadão – ter um corretor de imóvel ao seu lado porque, à medida que eu compro de empresa idônea, eu estou tendo a segurança de que aquele imóvel não tem problema. Se tem problema, a empresa me dá segurança de que aquele imóvel tem dono e está transferindo com uma certa segurança para o novo proprietário. Então, trabalhar com uma profissão que tem credibilidade, e por isso o parabenizo por esse tempo, é aquilo que falaste, Ver. Márcio, é um beija-flor, não é? Um beija-flor que te dá segurança. Então, todos nós, na vida profissional, temos que ter essa certeza de que não estamos enganando ninguém, estamos trazendo a felicidade para alguém, e a felicidade do cidadão que compra uma casa, um imóvel, é mais do que a felicidade de poder ali abrigar a sua família. E eu me lembro aqui, como o Márcio tem falado bem, de programas importantes que acontecem em nível federal e que refletem na vida do corretor e do cidadão, com financiamento pela Caixa Econômica Federal, com programa específico do Minha Casa, Minha Vida. Não é por acaso que, após a pandemia, eu moro próximo à PUC, havia imóveis para alugar em tudo quanto era rua, e com a volta das aulas presenciais foi uma loucura, foram alugados quase todos os imóveis. Esse é o mercado aquecido, esse algo que dialoga com a economia. Parabéns, Márcio. Pode ter certeza de que nós não só apoiamos, como também estamos juntos nisso que todo mundo quer: a felicidade das pessoas. Um forte abraço. Obrigado.

VEREADOR MÁRCO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Oliboni.

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde Ver. Márcio Bins Ely. Eu queria saudar o Naor, Presidente do CRECI; a Iara, Vice-Presidente; o Armando Pinto, Presidente do Sindimóveis. Seguindo a linha do Ver. Oliboni, o sonho de toda pessoa da nossa cidade, de toda pessoa que produz nesta cidade é ter um emprego, e, mediante esse emprego, logo em seguida, é fugir do aluguel, ter a sua casa, ter o conforto do seu lar. E é imprescindível, cada vez mais a gente vê a necessidade de ter alguém que ajude, que auxilie não só a encontrar esse sonho, realizar esse sonho, mas ver os financiamentos, ver as matrículas do imóvel. Isso é imprescindível para ajudar as pessoas a realizarem seu sonho. Eu falo aqui que eu realizo outro sonho depois, que é o mobiliar a casa - eu sou oriundo do comércio -, colocar os bens para dentro, e também, depois, ter o automóvel, todas essas coisas, mas é imprescindível ter um profissional da área atuando e principalmente ajudando a pessoa a realizar esse sonho de algo consistente, algo que a gente não compra semanalmente. Geralmente, a gente vê pessoas que moram por 40, 50 anos numa casa, num apartamento. Então, disponibilizar toda essa estrutura. Meus parabéns pela justa homenagem que o senhor faz hoje a todas as pessoas que permitem a um trabalhador ter o sonho da casa própria.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Márcio Bins Ely, na sua pessoa cumprimento todas as corretoras e todos os corretores que nos dão a honra da presença, mas faço questão de referir quem

está na Mesa também, que é o Sr. Naor Lagoas, a Sra. Iara Migon e o Sr. Armando Pinto Fontoura, que recebem de nós essa homenagem também que o Ver. Márcio Bins Ely propõe. Aliás, eu sou testemunha, Ver. Giovane Byl, que nos preside, de quanto o Ver. Márcio Bins Ely tem preocupação com a profissão, e há quantos anos e de maneira intensa ele se dedica a homenagear, a valorizar, a criar mecanismos através dos quais a profissão do corretor e da corretora de imóveis possa ser bem melhor exercida. Nesses 60 anos de regulamentação da profissão, nada mais justo que essa homenagem ocorra na Câmara Municipal, e nada mais correto que ela seja proposta pelo Ver. Márcio Bins Ely, a quem rendemos também a nossa homenagem. Sucesso, e que vão muito longe, uma profissão que faz toda diferença na vida de cada um de nós. Muito obrigado.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas, agradeço a todas as bancadas que se manifestaram, e especial também eu poderia aqui conversar a respeito da profissão, conversar a respeito do nosso conselho a tarde inteira, mas já sei que meu tempo se esgotou, Presidente, então apenas quero fazer um convite, finalizando aqui, mais uma vez, reiterando meu agradecimento a todos que com as suas presenças aqui abrilhantam os trabalhos desta sessão. Amanhã, às 17 horas, nós estaremos entregando um título de Cidadão Emérito ao Sr. Edmundo Carlos de Freitas Xavier que foi presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, um gaúcho, a quem aqui rendo homenagem também porque foi sócio do meu avô, que era corretor de imóveis; meu pai é corretor de imóveis, somos uma família de corretores de imóveis, mas o Xavier então foi o pai da Lei nº 6.530, que foi a lei que veio para aperfeiçoar esta Lei nº 4.116, e que em 1978, então, tivemos uma regulamentação importante também, e é a lei que está valendo hoje. Então a gente faz esse convite também para que amanhã, às 17 horas, nós possamos dar sequência aos atos alusivos à Semana do Corretor de Imóveis, que faz parte do Calendário Oficial do Município de Porto Alegre que iniciamos a partir da homenagem ao Borghetti, na quinta-feira passada, hoje reforçamos com este período de Comunicações, e, amanhã, então, por conta aqui das atividades da Câmara, vamos concluir com homenagem ao Xavier. Fica o convite, muito obrigado pela atenção. Uma boa tarde a todos, que Deus continue iluminando a nossa profissão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Convido a fazer o uso da tribuna o presidente do Creci, o Sr. Naor Eduardo da Silva Lagoas. Enquanto o Sr. Naor se dirige à tribuna, eu gostaria de registrar a presença dos novos servidores concursados aqui deste Legislativo. Estão aqui nas galerias, foram empossados dia 18 de agosto e estão nos visitando hoje. Vamos dar uma salva de palmas, pessoal. (Palmas.) Estão acompanhados do nosso pessoal do Recursos Humanos, estão conhecendo o plenário. Sejam bem-vindos durante esta sessão e que vocês tenham êxito nesse grande papel de servir esta Casa Legislativa, na capital do Rio Grande do Sul. Desejamos uma boa estada a todos vocês.

O Sr. Naor Lagoas está com a palavra.

SR. NAOR EDUARDO DA SILVA LAGOAS: Obrigado, Presidente Byl, boa tarde a todos e a todas, Sra. Iara Migon, 1ª vice-presidente do Conselho Regional do Corretores de Imóveis; Sr. Armando Pinto Fontoura, presidente do Sindicato dos Corretores de imóveis do Rio Grande do Sul; Sr. Antônio; Paulo; Luiz César, o Cesinha, a todos os colegas que se dispuseram a vir aqui prestar essa homenagem na data de hoje. Em especial ao nosso Ver. Márcio Bins Ely, que é neto de corretor de imóveis, é filho de corretor de imóveis, é pai de uma corretora de imóveis, é corretor de imóveis, e que nos prestigia dando essa homenagem a nossa profissão. E como foi mencionado anteriormente, no dia 9 de agosto sofreu um pequeno acidente de percurso, que em 24 horas foi corrigido. Mas eu gostaria de salientar a todos aqui na Casa do Povo, que o corretor de imóveis é aquele profissional que trabalha lá na ponta da cadeia produtiva da construção civil, é aquele profissional que inúmeras vezes se coloca diante da sociedade brasileira, não apenas para cuidar do patrimônio imobiliário de uma família, mas também é aquele profissional que trabalha com projetos, com sonhos, com realizações. Além de trabalhar diretamente com a construção civil, que representa hoje aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto, PBI. Então estamos diretamente vinculados e elencados dentro desse círculo, dentro desse ecossistema que é fundamental que se mantenha saudável. Costumo sempre colocar que dentro do nosso ambiente de trabalho, dentro da nossa profissão, o corretor de imóveis assume os direitos e deveres da sua profissão respondendo civil e criminalmente por todos os serviços prestados na assessoria de compra, venda, locação, administração e avaliação de imóveis, mas, além disso, ele cumpre um papel muito mais importante, porque é através do corretor de imóveis que muitas vezes o indivíduo, o cidadão alcança o tão almejado sonho da casa própria; é através do corretor de imóveis, que vai fazer uma entrevista com esse cidadão, que vai sentir as dores e as necessidades, que vai buscar, nas condições que essa pessoa tem, a melhor opção dentro do mercado imobiliário e, a partir daí, fazer a indicação do melhor negócio. Não obstante isso, muitas vezes essa pessoa só fará uma transação durante toda sua passagem terrena, e o corretor de imóveis estará ali, firme e forte, dando transparência, seriedade, confiança e segurança a essa transação; muitas vezes essa pessoa ainda vai assumir um compromisso financeiro de mais de 30 anos com uma instituição bancária, e é através do conhecimento, do profissionalismo e da transparência do corretor de imóveis que será colocada a melhor alternativa, a melhor opção para essa pessoa.

Ilustre presidente licenciado do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, Márcio Bins Ely, nosso vereador, nosso representante – grande representante! –, que na quinta-feira fez a homenagem a Rodi Pedro Borghetti, que foi nosso primeiro presidente, único presidente eleito no Creci por quatro vezes consecutivas; amanhã estaremos novamente aqui nesta tribuna prestando uma homenagem a Edmundo Carlos de Freitas Xavier, que é considerado o pai da Lei nº 6.530, que vigora até hoje, dando as condições da nossa profissão. Sinto-me muito honrado por estar aqui hoje, nesta data, falando para toda essa plateia, para os vereadores e demais autoridades, mas,

principalmente, honrado por olhar para trás e ver esse número de profissionais que hoje chega a 34 mil corretores de imóveis espalhados pelo Rio Grande do Sul. E, desses 34 mil corretores de imóveis ativos, pessoas físicas ativas, mais de 4 mil pessoas jurídicas e mais de 1 mil estagiários, perfazendo um total de aproximadamente 40 mil pessoas diretamente envolvidas no mercado imobiliário, com a profissão de corretor de imóveis. Temos a representatividade – que aqui se caracteriza pela presença da nossa vice-presidente Iara Migon – de mais de 40% de mulheres exercendo a profissão de corretor de imóveis, o que engrandece e reforça cada vez mais a qualificação da nossa profissão. E nós reassumimos aqui aquele compromisso que, em 2016, assumimos com a categoria quando tomamos posse pela primeira vez da gestão do Creci. Em todas as instâncias deliberativas do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis nós temos espaço e temos a representatividade feminina, presidente Iara, porque consideramos fundamental, Presidente Byl, essa interlocução com a sociedade, com os novos momentos e, principalmente, nós, corretores de imóveis, termos na nossa essência a capacidade de dialogar com o futuro através dos projetos, através das alterações dos planos diretores dos diversos municípios. Hoje, pela manhã, estávamos em Capão da Canoa e fomos acossados pelos vereadores lá justamente para trocarmos informações a respeito das alterações que foram proferidas nesta Casa a respeito do Plano Diretor do 4º Distrito. Recentemente, também tivemos uma audiência pública em Torres para discutirmos lá também as alterações do Plano Diretor. Portanto, entendo ser de fundamental importância a presença, a permanência e a constância da nossa profissão no seio da sociedade civil, principalmente dando maior ênfase e enfoque às oportunidades que surgem quando por esta Casa aqui passam os planos e as alterações que vão gerar oportunidades não só para os corretores de imóveis, mas para toda a cadeia econômica que passa direta e indiretamente pela construção civil.

Fica então o meu reconhecimento, ficam os meus agradecimentos e, principalmente, Presidente Byl, a minha felicidade, mais uma vez, por estarmos aqui acompanhados dos nobres colegas, agradecendo a Deus e pedindo que ilumine a caminhada de todos e de cada um. Que sigamos em frente com a devida transparência e profissionalismo, cumprindo a nossa profissão com ética e a nossa capacitação profissional que é fundamental, e cada vez mais a gente vai se aprimorando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Agradecemos a presença do Sr. Naor Eduardo da Silva Lagoas, presidente do Creci-RS; Sra. Iara Migon, vice-presidente do Creci-RS e do Sr. Armando Pinto Fontoura, presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul. Estão suspensos os trabalhos para a entrega do diploma e registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h01min.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB) – às 15h06min: Estão reabertos os trabalhos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias): Hoje, este período é destinado à homenagem aos direitos das pessoas com deficiência, nos termos do Requerimento nº 136/22, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Nelson Khalil, presidente do Comdepa; o Sr. Diego Silva da Silva, presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down. Prestigiam esta solenidade ainda o Sr. Adilson Corlassoli, Coordenador da Assessoria de Inclusão da SMDS e a Sra. Liza Cenci, da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

O Ver. Alvoni Medina, representando a Mesa Diretora, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde aos nobres vereadores e vereadoras, boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, a todos os que nos assistem através de TVCâmara e as pessoas que estão aqui nas galerias. Prestigiei, hoje pela manhã, a abertura da 20ª Semana Municipal e da 28ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência. Ao longo desta semana, teremos várias atividades alusivas à causa a exemplo da exposição de obras aqui na frente do Plenário Otávio Rocha. Estamos prestigiando, nesta tarde, junto aqui à Mesa, com o nosso presidente do Comdepa, Sr. Nelson Khalil, do senhor presidente da associação dos surdos, o diretor da Feneis, Diego Silva, do senhor presidente da Associação Familiares e Amigos do Down, Sr. Vicente Fiorentini, do Sr. Adílson Corlassoli, representando a coordenadoria de acessibilidade e inclusão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; da Liza, que estava presente até há pouco tempo conosco, que é a diretora do paradesporto da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do município de Porto Alegre. Quero convidar todas as pessoas para estarem conosco aqui amanhã à tarde, a partir das 15 horas, quando teremos uma sessão solene em homenagem, proposição de minha autoria, ao qual se concederá a Comenda Porto do Sol à APAE, que, hoje, nesta data, está completando 60 anos de existência. A APAE tem atuado em prol das crianças, dos jovens e adultos com deficiência da nossa cidade e do nosso Estado.

Sexta-feira será realizado um seminário aqui no auditório Ana Terra para apresentação de debate sobre o Plano Municipal de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência. Então, Sr. Nelson, aproveito para chamar atenção para sexta-feira, e as pessoas também que estão nos assistindo, para estar presente também nesse evento. É muito importante celebrarmos essa data como forma de atrair a atenção para a causa das pessoas com deficiência, buscando dar mais visibilidade aos conceitos de acessibilidade e inclusão, promovendo a conscientização da sociedade sobre as potencialidades desse segmento social. Por isso convido todos a acompanharem a programação da 25ª Semana Municipal da Pessoa com Deficiência e da 28ª Semana Estadual da Pessoa com

Deficiência. Temos uma exposição, que está aqui na frente, e eu estava ali observando, vendo o trabalho especial do aluno Luiz Eraldo, da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre -, realizada através da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu estava ali observando o trabalho do Luís, um trabalho especial, um trabalho onde ele tem se dedicado a essas obras. E a gente vê, realmente, que não há limite quando a pessoa tem vontade, tem disposição, quando ela realmente quer mostrar que é capaz, que ela não é uma pessoa invisível, que ela não está sem utilidade na cidade, no Estado ou até mesmo País, que ela é um indivíduo que tem que ser respeitado. E nós precisamos realmente do olhar dos nossos secretários, do nosso Prefeito, do Governador e do vice-governador para mudar essa situação. Não era preciso estar cobrando por meio de leis, era para ser algo natural o cuidado, o zelo, o respeito com todas as pessoas.

Finalizo a minha fala com os temas da Semana Municipal e da Semana Estadual da Pessoa com Deficiência e com uma frase que o Sr. Nelson hoje falou para a gente lá no Palácio Piratini: “Somos todos iguais e incrivelmente diferentes”.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alvoní Medina, eu quero cumprimentar V. Exa. pela iniciativa dessa homenagem no dia de hoje e também pela de amanhã. Lamentavelmente, no horário, já tenho compromisso amanhã, na terça-feira, mas me sinto representado por V. Exa., exatamente o autor da homenagem a APAE.

Eu quero cumprimentar também o querido Nelson Khalil, presidente do Comdepa; o Diego Silva, Presidente da Associação dos Surdos e diretor da Feneis; o Vicente Fiorentini, que é o Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down; o Adilson Corlassoli, Coordenador da Assessoria de Inclusão da SMDS; e, na pessoa dos senhores, quero cumprimentar todas aquelas e aqueles que têm, de alguma maneira, vinculação com a luta pela acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. É algo extraordinário, Nelson, que nós, em pelo Século XXI, numa capital como Porto Alegre, por exemplo, sem falar em outras, ainda tenhamos tanta dificuldade, até mesmo em coisas banais, como eu já presenciei junto com Nelson e já presenciei a luta dele por situações, Ver. Alvoní Medina, que jamais poderiam acontecer e que, neste momento, nem é adequado referir, até porque as pessoas envolvidas não teriam o direito de defesa agora. Mas o que é fundamental é que haja o compromisso das vereadoras, dos vereadores e desta Casa, Ver. Hamilton Sossmeier, que preside a sessão, em, de fato, combater, ao lado desses senhores e de tantas senhoras, tantos homens e tantas mulheres, jovens, idosos, crianças que precisam de uma capital, como precisam de um país, de um mundo, mas aqui nós temos ingerência em relação a Porto Alegre, mas precisam, Ver. Alvoní Medina, de uma outra Porto Alegre, uma Porto Alegre com acessibilidade, com respeito e com cidadania plena. Parabéns a quem propôs a homenagem, Ver. Alvoní Medina, Mesa Diretora, Ver. Hamilton Sossmeier, e a esses abnegados lutadores de uma causa tão importante. Muito obrigado.

Vereador José Freitas (REP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós temos uma lei de minha autoria que institui o Programa Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, Libras, e de Guias Intérpretes em Porto Alegre. Eu queria aproveitar a oportunidade, até o presidente, o nosso líder, Ver. Janta... Eu estou comentando aqui que nós temos uma lei aprovada de minha autoria – queria aproveitar a oportunidade – que institui o Programa Central de Intérpretes, e isso está parado. Nós já tivemos várias reuniões com o governo, inclusive, o Diego ofereceu o espaço lá da Feneis, se a Prefeitura quiser fazer lá como um projeto-piloto, e não saiu do papel. E a gente sabe a dificuldade que tem as pessoas com deficiência. Então eu faço um apelo aqui, para que o governo venha atender essa necessidade. Parabéns, mais uma vez, Ver. Alvoni Medina e todos os senhores contem com esta Casa. Um forte abraço.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Ver. Freitas. Quero aproveitar a sua fala e anunciar que o Paulo Brum, o nosso secretário adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social, garantiu que vai sair a Central de Libras antes do final deste ano. Nos próximos meses, vai sair a Central de Libras. Foi um pedido nosso, que realmente colocasse essa Central de Libras. Meu nobre Ver. Márcio Bins Ely, obrigado pelo seu carinho.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alvoni Medina, obrigado pelo aparte. Corroborando com a iniciativa do vereador, quero dizer que fiz um projeto de lei também, que instituiu a obrigatoriedade de colocar nos táxis, e depois, por consequência, nos aplicativos, colado na porta, no banco do carona, e no painel na frente, o número do prefixo do táxi, em braille, para o cego encostar ali e saber o número do prefixo, que foi também uma proposta da Associação dos Cegos. Eu queria que fazer uma saudação, Ver. Hamilton, presidindo os trabalhos, ao presidente do Comdepa, Nelson Khalil, já estivemos várias vezes reunidos, inclusive, vereador, aprovamos o teste do pezinho ampliado, projeto de lei de minha autoria, que esta Casa reconheceu a importância de poder identificar, ao invés de seis doenças, mais de cinquenta. Então acho que foi mais um avanço significativo que esta Casa fez no sentido de enfrentar as doenças raras também. Presidente da Associação dos Surdos e diretor da Feneis, Diego Silva; Sr. Vicente Fiorentini, presidente da Associação dos Familiares com Síndrome de Down. Já estou agendado para os 60 anos da APAE, dia 26, presto aqui a minha homenagem a minha tia Ana Maria, estudou a vida inteira lá, inclusive, a nossa governadora do Rotary Distrito 4670, por anos nós convivemos juntos, e nós estaremos lá, compramos uma mesa, a nossa família vai estar lá, também prestigiando a APAE; e também o Coordenador da Assessoria de Inclusão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sr. Adilson Corlassoli, vereador; a gente sabe o quão importante são as políticas públicas em favor das pessoas com deficiência; aliás, eu, por muitos anos, fui conselheiro do Lar de Santo Antônio dos Excepcionais - hoje sou voluntário, mas a gente tem, através das emendas, conseguido auxiliar várias entidades, como a

Associação Beneficente Santa Zita de Lucca, o próprio Lar_de Santo Antônio dos Excepcionais, o Educandário São João_Batista, entre outras entidades, como o Inamex, que recebe crianças neurolesionadas, com lesão severa ou profunda, entre tantas outras situações, envolvendo as pessoas portadoras de deficiência. Então, quero cumprimentar Vossa Excelência, vereador, que tem sido um batalhador, nome da nossa bancada, Ver. João Bosco Vaz. Eu e o Ver. João Bosco Vaz, nome do PDT, saudamos todas as entidades e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm contribuído com políticas públicas em favor das pessoas com deficiência. Parabéns, sucesso, contem conosco.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente, Hamilton, à frente dos trabalhos, Ver. Alvoni Medina, meu colega querido, parabéns pela proposição da pauta tão importante; saudar Nelson Khalil, nosso amigo do Comdepa, que está sempre por aqui, buscando suporte, buscando apoio para poder realmente realizar as políticas públicas necessárias para valorizar as pessoas com deficiências; Sr. Diego Silva, presidente da associação dos surdos, diretor da Feneis; Sr. Vicente Fiorentini, presidente da Associação dos Familiares e Amigos de Down; Sr. Adílson Corlassoli, Coordenador da Assessoria de Inclusão da SMDs. Bom, sou uma vereadora da saúde, hoje sou presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente; essa é uma pauta que me é muito cara, Ver. Alvoni. Nós estamos sempre trabalhando como apoio das APAEs, a Kinder, Casa do Menino_Jesus de Praga, AACD, Cerepal, e tantas outras entidades que são importantes para que a gente possa acolher as nossas pessoas com deficiência. Então, parabenizar pelo trabalho que vocês realizam incansavelmente à frente dessas demandas, que possamos, juntos, cada vez mais contribuir e criar políticas reais que realmente mudem a realidade, o dia a dia das pessoas com deficiência. Parabéns, muito obrigada por fazerem parte da nossa da nossa caminhada.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alvoni, parabéns pela iniciativa; saudando o Presidente, Ver. Hamilton, na direção dos trabalhos; quero também cumprimentar o Nelson Khalil, que é o presidente da Comdepa, que sempre está aqui nas nossas sessões e atividades; Sr. Presidente da Associação dos Surdos, Diego Silva da Silva, seja bem-vindo; Sr. Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down, Vicente Fiorentini, que também está sempre aqui nas atividades e na Assembleia Legislativa; e o nosso grande amigo também, Adilson, sempre preocupado com a questão da causa das pessoas com deficiência, foi e é um grande militante. Para as pessoas que estão com dificuldade visual, nobre Ver. Alvoni, eu sou o Ver. Oliboni, estou aqui no centro do nosso plenário, estou de camisa clara e casaco escuro e tenho barba e cabelo comprido. Sou também um grande militante preocupado com a questão das pessoas com deficiência, não só porque é algo que as políticas de governo têm que dialogar com elas, mas principalmente porque, na maioria dos casos, Ver. Alvoni, nós temos que ter iniciativa de encaminhar determinadas leis e muitas dessas leis, como falou meu nobre colega José Freitas, demoram muito tempo para serem implementadas e até mesmo

sancionadas. Vou dar um exemplo para vocês: eu tinha uma demanda para criar uma certa obrigatoriedade nas sessões e ações da Câmara Municipal, que é atribuição do vereador, que elas fossem transmitidas diretamente. Então, o meu projeto de lei aprovado em 28 de junho de 2018, nobre Ver. Hamilton, que preside os trabalhos, tem como art. 1º: “Fica obrigatória a tradução para a Língua Brasileira de Sinais – Libras – de todas as transmissões realizadas pela TVCâmara da Câmara Municipal de Porto Alegre.” Quando muito, são feitas – como os senhores podem verificar – as sessões, nas segundas e quartas-feiras, e não são feitas as transmissões das comissões e nem do Jornal TVCâmara, como debates na TVCâmara. Por que não fazer, se tem recurso para fazer, se nós devolvemos recurso para o governo a cada ano? Então, Ver. Hamilton, eu queria fazer um apelo aqui às entidades desse segmento, Adilson, para pedir uma reunião com o Presidente, não importa quem seja hoje; o importante é planejar para que, no futuro, no ano que vem, se cumpra o que nós aprovamos no plenário. Isso serve para esta lei, como serve para todas as outras leis, senão o vereador perde o sentido da sua legislação. Então, nesse sentido, quero dizer a vocês que somos parceiros, sim, na inclusão, na defesa das pessoas com qualquer tipo de deficiência, e lembro também que aqui nós aprovamos, no passado, e já está vigorando como lei, a questão do teste da orelhinha – a Triagem Auditiva Neonatal –, por ocasião do parto. Hoje, quando a mãe ganha a criança, já estão incluídos no pacote do parto o teste do olhinho e o teste da orelhinha. Foram dois projetos importantes para reduzir o número de pessoas com deficiência visual e auditiva. Hoje, eles estão no pacote do parto do recém-nascido, e foi uma lei sugerida por médicos colegas, até porque trabalho há muitos anos na saúde. Então é nesse sentido que, ouvindo as pessoas, a gente acaba transformando em leis e reduzindo assim a grande dificuldade que tem o cidadão de acompanhar tudo que acontece na nossa cidade, no nosso País. Parabéns nesta grande homenagem da semana e também do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, que é o dia de hoje, 22 de agosto. Forte abraço.

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Medina, no teu nome cumprimento pela importante iniciativa não só de vocês que estão aqui também, Sr. Nelson Khalil, Diego Silva, Vicente Fiorentini, Adilson Corlassoli, mas é importante frisar que, no tempo em que a gente se encontra, muita coisa se avançou nos direitos sociais, na justiça, na igualdade. Eu quero destacar uma área que eu trabalho, a educação, como professor. Se nós resgatarmos a história da educação, nós vamos ver que as escolas não tinham acessibilidade e, hoje, claro, muitas precisam ainda, mas nós já temos muitas escolas, por exemplo, com rampa, coisa que não existia. Escolas que, em décadas passadas, foram construídas em morros, em encostas, lugares de difícil acesso, com o tempo, com essa luta de vocês que lutam por direitos, junto com a classe política, muita coisa foi se alargando, mas é preciso ainda. Eu diria que a nossa cidade, por exemplo, as calçadas da nossa cidade deixam muito a desejar. E aí também, esta Casa, eu, aqui no meu nome, não falo pelos demais colegas, mas faço aqui um *mea culpa* no que tange à fiscalização – não do governo A ou B, não se trata disso, acho que cada governo deve avançar um pouco.

Mas, por exemplo, as calçadas da capital não têm acessibilidade alguma, quanto mais longe do Centro, pior é; nas zonas nobres, até tem alguma coisa, mas é um paliativo, e a gente sabe que as zonas bem populosas não têm esse acesso. Falando de uma coisa só, poderíamos falar de outras tantas políticas, mas eu acho que, na educação, a gente precisa avançar para que essa criança, esse adolescente tenham a mesma condição de oportunidade de aprender com qualidade como as demais pessoas; isso ainda não tem na escola pública. Não tem porque falta professor, porque falta concurso, porque falta sensibilidade em nível nacional, não falo só municipal, falo em nível nacional. A gente precisa avançar muito. Eu deixo aqui meu abraço fraterno a todos que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência e espero que, no próximo período, a gente possa de fato enxergar essa parcela da sociedade com olhos verdadeiros, porque ainda hoje as pessoas acham que é uma concessão e não é, é uma luta árdua. Tudo que está na lei é uma conquista forte, e a gente tem que alargar. Parabéns, e que a gente possa sempre, como Câmara de Vereadores, não só estar homenageando, mas estar lutando para, nas leis, enxergar essa parcela da sociedade, que não é pequena, é grande, mas que ainda não tem a inclusão verdadeira no nosso Município. Um abraço e vamos em frente.

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Queria saudá-lo, Ver. Medina, por esse período que o senhor nos presenteia aqui na Casa; queria saudar o Khalil, que é presidente do conselho, amigo que a gente tem ajudado muito nas questões de acessibilidade nos estádios, na torcida do Inter; queria saudar o Diego Silva; saudar o Vicente, da Associação dos Familiares e Amigos do Down; queria saudar o coordenador de Assessoria de Inclusão, Adilson. Quero dizer que todas bancadas desta Casa – a sua, a nossa – têm trabalhado muito para dar acesso às pessoas com deficiência, ajudando-as não somente na questão que o Jonas disse, da acessibilidade, mas arrumar emprego, ter o seu espaço de convivência. Nesta Casa, na legislatura passada, se brigou muito – V. Exa. foi meu parceiro – para que as praças da nossa cidade tivessem brinquedos acessíveis para as crianças. Não entendemos como um pai leva seu filho numa praça e não pode ver essa criança andar num escorregador, andar numa gangorra. Brigamos muito, continuamos brigando para que as praças desta cidade, para que os parques desta cidade tenham acessibilidade.

E esta Casa aprovou o Centro de Diagnóstico Referência do Transtorno Autista, infantil, que estará sendo entregue à população – acredito – ainda neste mês, na Av. Bento Gonçalves, nº 2.460. Está sendo feito um estudo de onde implementar o centro de diagnóstico adulto, entregando política para as pessoas com deficiência, políticas que nós precisamos ter nas escolas, políticas que nós precisamos ter na empregabilidade. A gente tem feito muito curso de qualificação, a Força Sindical e os sindicatos filiados, no sentido de integrar as pessoas com deficiência. Não pode a empresa somente cumprir a cota, chegar e dizer que botou um deficiente, tem que dar dignidade para esse deficiente, para ele exercer uma profissão, que ele possa crescer dentro da empresa, então a gente tem brigado muito para isso. E esta Casa tem sido uma parceira, posso dizer assim, os seus membros, para que as pessoas com deficiência tenham não somente a política pública, mas as condições, desde, por exemplo, para

buscar uma fralda, desde a questão de sistema de transporte, e V. Exa. tem sido um dos membros desta Casa que mais lutam pelas pessoas com deficiência. Eu queria saudar todos neste dia tão especial e dizer que a deficiência, hoje em dia, faz parte da nossa vida, é só nós olharmos para nós mesmos, olhar para o lado, que nós vamos ver que na nossa família, na casa do lado da nossa tem alguém com deficiência, precisando de políticas públicas. Muito obrigado.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Muito obrigado. Para encerrar, somos todos iguais e incrivelmente diferentes, a união é que fortalece o protagonismo. Que Deus abençoe todos. Parabéns, Sr. Nelson Khalil, por realmente também lutar pelo direito das pessoas com deficiência na cidade de Porto Alegre. Eu tenho certeza de que juntos nós vamos mais longe. Que Deus o abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o Sr. Nelson Khalil, presidente do Comdepa, a fazer uso da palavra.

SR. NELSON KHALIL: Boa tarde a todos e todas. Quero começar fazendo uma breve descrição em respeito às pessoas com deficiência: eu sou um homem branco, uso óculos; sou cadeirante, uso uma cadeira motorizada; tenho cabelos, barba e bigode grisalhos; estou usando um casaco azul, uma blusa preta e vermelha. Eu quero então, saudar o Presidente Hamilton, o presidente da Frente Parlamentar dos Direitos da Pessoa com Deficiência aqui na Câmara, Ver. Alvoni Medina, e na pessoa do Ver. Medina, saudar todos os vereadores, todos eles muito amigos, muito parceiros dessa nossa luta. Eu quero começar essa 25ª Semana Municipal das Pessoas com Deficiência, lembrando um discurso de um dos melhores seres humanos que passou por esse planeta, algumas décadas passadas, que dizia “Eu tenho um sonho.” No meio desse discurso, tinha uma frase que dizia que os negros se sentiam numa ilha de pobreza e miséria, cercados de prosperidades por todos os lados. Eu não quero comparar a questão racial com a questão da pessoa com deficiência, até porque quem sofre na pele discriminação e exclusão sabe o quanto dói, o quanto é sofrido para cada um essa discriminação e essa exclusão. O exemplo disso está aqui agora no nosso amigo Diego, que está, como surdo, aqui presente, num plenário da Câmara Municipal que não tem intérprete de libras presente. Essa discriminação não tem nome, somente quem a sente é que sabe o quanto ela é sofrida, e as pessoas com deficiência hoje, em Porto Alegre – vamos ficar aqui –, se sentem numa ilha de pequenos lugares com acessíveis, cercado de inacessibilidade e exclusão por todos os lados. E não falo em apenas exclusão física, de barreiras, de falta de rampa, de falta de uma comunicação, de falta de sinais táteis para os cegos se orientarem. Eu falo também da exclusão atitudinal, da atitude das pessoas que discriminam. E nós podemos resolver isso, mas para resolvermos isso, nós dependemos é daqui, da Casa do Povo, e de políticas públicas daqui e do Executivo. E esta Câmara tem cumprido com o seu dever, criando muitas legislações que já foram

citados aqui. O que está faltando é o cumprimento dessas legislações; o que está faltando é o sentimento de inclusão, e isso nós precisamos ter. Eu quero falar – antes de passar a palavra para o Diego, que vai se manifestar sobre a falta de acessibilidade com o intérprete de libras –, eu quero falar também da representatividade política. As pessoas com deficiência não estão tendo representatividade política, e por que não estão tendo? Vejam, nós temos legislação já há bastante tempo, nós temos cotas de o mínimo de 30% para mulheres candidatas – perfeitamente justa, absolutamente justa. Nós temos cotas para negros, também perfeitamente justas. E até nós comemoramos, agora, em 2020, a eleição de 11 de mulheres, a eleição de cinco candidatos negros. E todas essas representações são inferiores à proporcionalidade da população, deveriam ser muito mais mulheres e muito mais negros. Mas nós também não temos nenhum vereador nesta Casa com deficiência. E se nós tínhamos mais de 30% de mulheres concorrendo, mais de 30% de negros concorrendo, nós tínhamos menos de 1% de candidatos que eram pessoas com deficiência; e foram muito menos do que este 1% os eleitos neste Brasil inteiro. Então nós precisamos ter ações da Câmara, desta Câmara Municipal, para promover a inclusão da pessoa com deficiência, para possibilitar que elas possam votar, ser votadas e ser eleitas, e que possam fazer respeitar o nosso lema que é: “Nada de nós sem nós.” Nós queremos estar presentes aqui e também em todos os espaços políticos para tratarmos das políticas públicas que tanta falta fazem para a gente.

Agora eu quero passar a palavra para o meu amigo Diego para falar um pouco sobre essa questão da falta de intérprete de libras no plenário da Câmara Municipal.

(Não revisado pelo orador.)

SR. DIEGO SILVA DA SILVA: (Manifestou-se em libras, com tradução simultânea por intérprete.) Boa tarde a todos, eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa, agradecer o convite do Nelson e também cumprimentar todos os vereadores aqui presentes. Eu sou uma pessoa surda, o meu nome é Diego Silva, eu sou diretor da Feneis e também represento a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul – represento as duas aqui neste momento. Eu vim aqui com referência à Semana da Pessoa com Deficiência, parablenizo todos os cadeirantes, as pessoas cegas, que ao longo dos anos vêm sofrendo, cada um com sua diversidade. Eu tenho 31 anos, desde pequeno sempre junto com a minha mãe em médicos; eu sou usuário de língua brasileira de sinais, eu utilizo as minhas mãos, e ela é reconhecida há muitos anos, a lei de libras, é de reconhecimento nacional. Aqui no Rio Grande do Sul são 400 mil surdos, em Porto Alegre, Canoas, Alvorada, Viamão, em todas as cidades. Vocês acham que só um surdo vem aqui? Vocês pensam que eu não gostaria que muitos viessem aqui? Mas há falta de acessibilidade neste local. Eu sempre venho lutando, venho aqui à Câmara, procuro, chamo o Ver. José Freitas, inclusive, e sempre solicito a ele projetos que auxiliem a comunidade surda, assim como tem o da central de intérpretes. Hoje, em Porto Alegre, aqui... Enfim, eu sou casado, minha esposa é surda, nós temos duas filhas – uma menina

de 13 anos e uma de 5 anos – e nós cuidamos, nós não somos dependentes de outros familiares. Eu trabalho, eu tenho meu carro, trabalho como Uber, trabalho em diferentes aplicativos, cuido dos meus filhos, da alimentação, vou ao médico, e é muito difícil a comunicação, tem que ser escrevendo. Minhas filhas são ouvintes, aí eu tenho que estar solicitando intérprete ou coloca-las para interpretar por elas serem ouvintes. Então é muito difícil, é sempre uma comunicação por papel. E se eu dou uma medicação errada para as minhas filhas? E se acontece algum erro? São 365 dias no ano de preocupação, e eu sempre vejo as pessoas se comunicando e aviso que eu sou surdo, é difícil a comunicação. Eu venho aqui hoje para tentar ver... Sou um pagante de impostos, voto, sou igual a vocês, tenho formação, tenho faculdade, não tenho nada diferente; a única diferença é a minha língua. E eu venho aqui pensando... É a semana da pessoa com deficiência. De manhã, eu fui na Prefeitura, tinha intérprete, o Lenon, que está aqui. Depois, fomos ao governo, também tinha, no Piratini, e eu chego aqui e não tem acessibilidade! Eu tenho vontade de conversar com vocês, saber como estão as coisas, mas eu não consigo, não tem intérprete. Eu fico assim sem saber o que está acontecendo. Eu gostaria de agradecer ao Lenon, que está aqui – não é o momento de trabalho dele aqui, nem na Câmara de Vereadores –, e à Pâmela, que também não é intérprete de libras formada, ela trabalha comigo, como funcionária da Feneis, ela trabalha comigo. E eu gostaria de agradecer a eles, porque eles vieram aqui, estão interpretando para eu compreender o que está acontecendo; se não, eu não estaria compreendendo. Eu peço para vocês... Eu tenho 31 anos e eu já me sinto cansado. Por favor! Lá em Alvorada, por exemplo, tem central de intérpretes, e como conseguiram? Eu não consigo entender, é um município pequeno. E aqui em Porto Alegre, centro, há muita movimentação de pessoas surdas. Já tem lei da central de intérpretes, já foi aprovada aqui pela Câmara de Vereadores, e a gente ainda não conseguiu resolver isso? Desde 2021 aprovado! Eu peço, por favor, Porto Alegre, gente, Porto Alegre! Eu nasci em Porto Alegre, eu sou um cidadão porto-alegrense, eu tenho esse direito, eu pago meus impostos, eu tenho meu carro, minha família vive aqui, eu preciso dessa acessibilidade. A gente precisa de intérprete de libras, a gente sempre tem que estar pedindo, gritando por isso, e a gente é ignorado. Eu sei que muitas vezes não há uma empatia por vocês não sentirem isso na pele. Mas eu espero que um dia vocês, no futuro, um filho, um neto, não sabemos, vocês vão lembrar, caso sejam surdos, disso que está acontecendo hoje, das minhas limitações aqui faladas. Muito obrigado. Esse é apenas um resumo. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

SR. NELSON KHALIL: Eu só gostaria de dizer que, depois de um discurso desses, não temos o que dizer. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está feito o registro, nos somamos também a essa homenagem da Mesa Diretora, juntamente com o Ver.

Alvoni Medina e o Ver. José Freitas, aos quais parabenizamos por esse trabalho e por trazerem à tona essa questão tão importante aqui.

Quero registrar também a presença do vereador Fernando Valentim, de Miradouro, Minas Gerais; seja bem-vindo a esta Casa.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h50min.)

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 15h54min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Uma boa tarde a todos os colegas, a todas as pessoas que nos acompanharam aqui, com deficiência que estiveram aqui; quero agradecer ao Ver. João Bosco Vaz pela cedência deste tempo para a gente poder falar sobre fatos, o fato principal que eu acredito que a gente tenha que falar aqui neste período de Comunicações que é o fato lamentável que aconteceu ontem na Arena do Grêmio. É inadmissível as pessoas saírem num domingo de sol, como estava ontem, levando sua família, famílias inteiras, filhos – houve até um pedido de casamento dentro da arena, um fato bonito, mostrando a integração do esporte. Mas, como em todas as áreas, existem aquelas pessoas que trazem no seu coração, que trazem na sua índole a maldade. São pessoas que saem de casa com o intuito de: hoje eu vou incomodar alguém, hoje eu vou importunar alguém, hoje eu vou brigar com alguém, hoje eu vou matar alguém! E foram vistas barbáries, ontem, no jogo do Grêmio, onde havia, volto a afirmar aqui, centenas de famílias, centenas de pessoas que optaram por, naquele lindo domingo de sol, levar suas famílias. Eu fui agraciado, tinha combinado já com grupo de amigos, pais da escola da minha filha que nós iríamos, ontem à tarde, ver o jogo do Grêmio e Cruzeiro. Por dificuldades, por ter um aniversário depois de uma das coleguinhas, e achamos por bem não ir no jogo; por felicidade, não permitimos que os nossos filhos de quatro, cinco anos vissem a barbárie de ontem. As pessoas têm que lembrar que o estádio não é mais o estádio lá na década de 1970, quando a mulher não podia entrar em jogo de futebol porque vinham cantos das torcidas referentes às mulheres, onde a torcida adversária geralmente ficava no andar de cima e atirava saquinhos de urina na torcida de baixo; essas eram as barbáries que se viam no futebol. E o que se viu, numa tarde ensolarada, num domingo de sol, foi a barbárie ontem, na Arena do Grêmio, com dezenas de pessoa batendo numa só, pessoas, pulando os alambrados para fugir daquele tumulto, pais fazendo a cobertura dos seus filhos. Isso nós temos que rechaçar, como Casa do Povo, nós temos que identificar essas pessoas e banir essas pessoas, por um período, de estarem dentro de um campo de futebol, de conviverem com as famílias. É inadmissível isso. São inadmissíveis as barbáries que se

veem em jogos de futebol, num jogo como o de ontem, num domingo que nem ontem, um domingo de família, um domingo ensolarado. Essas barbáries que a gente vê quando atiram pedra em ônibus, quando destroem os estádios todinhos, quando um time perde, e isso tem afastado as pessoas do futebol.

E eu quero dar aqui um depoimento, como uma pessoa que era sócio, que ia a todos os jogos e que nunca mais foi em função disso. E, mediante o jogo de ontem, continuo convicto na minha questão de não ir mais aos estádios de futebol, convicto. Eu fico triste, porque podia ter levado a minha filha para ver o jogo, mas isso entristece, isso afasta as pessoas do futebol. Os dirigentes tinham que rever isso. Não é só a questão de ter a facilidade de ver o jogo em casa, de ter a facilidade de estar em convívio com os amigos, mas o que nos espera na chegada... Hoje eu vi uma torcida alegando que um incidente aconteceu, Ver.^a Daiana, porque demoraram muito para entrar. Mas o que isso? Então toda a pessoa que for num *show* no Araújo Vianna, que demorar para entrar, vai quebrar tudo lá dentro? Toda pessoa que for num restaurante que tem fila para entrar – ontem se viu isso também nos restaurantes de Porto Alegre – vai quebrar tudo? Não. Isso não é justificável. Nada justifica o que se viu ontem na Arena do Grêmio. Aqui eu trago o nosso repúdio a essa atitude de vandalismo, a essa atitude primitiva que se viu numa tarde de família, numa tarde em que várias famílias foram para a torcida do Grêmio. E essa desculpa que demorou para entrar é a mesma que se dá de ir num parque e não conseguir estacionar, aí tu chegas no parque e começa a brigar com as pessoas. Isso é inadmissível, é um fato que entristece todos nós e mancha o futebol do Rio Grande do Sul e o futebol do Brasil. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidenta, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, população que nos assiste pela TVCâmara, hoje eu quero falar sobre o assassinato do Gabriel Marques Cavaleiro, esse jovem que, ao que tudo indica, foi morto por agentes da segurança pública. Óbvio, necessitamos de investigações, mas todo apontamento caminha nesse sentido, infelizmente. Como policial, é algo que nos envergonha demais, esse tipo de situação. Nós, como policiais, devemos defender a legalidade, devemos defender a Constituição e qualquer ato que viole os direitos humanos, que viole o que há de mais básico na nossa sociedade, que está presente na nossa legislação, deve ser combatido. Nesse sentido, nós compreendemos que a maior parte, a infinita maioria dos policiais trabalha de acordo com a lei, trabalham de acordo com a Constituição e têm os seus direitos humanos violados por parte do Estado, quando não têm a dignidade do seu salário respeitada, quando não têm a sua previdência respeitada, ou quando temos um Presidente da República que é o Bolsonaro, que retira a pensão pós-morte dos policiais mortos em serviço. Porém, por outro lado, quando crimes desse tipo acontecem e são cometidos,

supostamente, por policiais, isso acende um alerta vermelho na nossa sociedade de que necessitamos ter um controle social cada vez maior, de que precisamos, de fato, da utilização de câmeras corporais, de que precisamos, de fato, de GPS nas viaturas, precisamos de ouvidorias externas. Os indivíduos apontados como possíveis assassinos do Gabriel já tinham inquéritos policiais militares instauradas anteriormente. É uma situação que revolta toda a sociedade, que mancha as instituições de segurança pública do nosso Estado, que merece o nosso repúdio como sociedade, porque um jovem negro, que estava no Exército cumprindo a sua função, não pode ser executado por quem quer que seja. No Brasil, nós sempre tentamos relativizar esses absurdos, e esses absurdos não devem ser relativizados. Nós não podemos aceitar qualquer tipo de justicamento que esteja fora da nossa lei, nós não podemos aceitar maus indivíduos fazendo parte das nossas instituições. É saudável cortar da própria carne, é saudável para as instituições da segurança pública, é saudável para o Estado, porque nada pior do que um criminoso, do que um policial criminoso, do que um homicida, do que um corrupto que se utiliza na polícia para cometer crimes, porque ele recebe do Estado, recebe o seu salário, pago pelos impostos, para cometer crimes, para não realizar a sua função e para fazer a barbárie. Quando a polícia não corta da própria carne, quem padece é a sociedade. Sempre o filho de alguém será executado dessa maneira covarde, triste e que envergonha demais o Rio Grande do Sul, que envergonha demais a cidade de São Gabriel, e os amigos e familiares do Gabriel, que exigem justiça. Estaremos juntos nessa luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, presidindo nossos trabalhos, Ver.^a Mari; todos os colegas presentes, TVCâmara, quem nos acompanha aqui na tarde de hoje. Subo aqui agradecendo pelo tempo de liderança da nossa bancada, mas subo aqui de forma incomum, para fazer um reconhecimento, reconhecimento a algumas pessoas que passaram por esta Casa e que aqui ainda estão. A primeira delas não está presente no dia de hoje, mas faz tempo que eu queria citar o nome deste vereador que tivemos aqui nesta Casa, o Ver. João Carlos Nedel. Essa tragédia que aconteceu com esse padraço, que, ao tentar salvar a sua enteada, perdeu a sua vida nas proximidades da Rua da Represa, foi naquela localidade que, quando eu vim para esta Casa no ano de 2017, o Ver. Nedel me levou para conhecer os inúmeros arroios, os inúmeros problemas desses arroios, porque nesta Casa, presidindo a Frente Parlamentar do Arroio Dilúvio, o Nedel teve a paciência de me levar a todos esses arroios e ali, exatamente naquele lugar, na Rua do Cavalo Crioulo, na Rua da Represa, a gente caminhou junto. Então eu queria agradecer ao Ver. Nedel, por ter me levado a esses locais, eu não conhecia todos, e fica aqui o meu reconhecimento ao trabalho do

Nedel e da paciência que ele teve, quando eu cheguei a esta Casa, por ter me levado a esses locais.

O outro colega, que está aqui, é o Ver. Claudio Janta, que não esperava que eu subisse a esta tribuna para falar sobre o trabalho que ele vem fazendo, mas eu tenho dois motivos especiais para isso. Em primeiro lugar eu tenho visto, Ver. Claudio Janta, a sua recorrente publicação, uma proposta de sua autoria, dos postos de saúde terem horário estendido. Reconheço que a sua ideia, a sua proposição, teve, no governo passado, êxito, e eu não poderia deixar de ressaltar isso aqui, publicamente, o seu esforço, porque estive ao seu lado quando isso passou a ser realidade. Quero também deixar um abraço ao ex-secretário Erno, ao ex-secretário Pablo, que deram luz a essa luta que o senhor vem há muito tempo defendendo. Por último, não menos importante, eu queria me somar a uma causa sua nesta Casa, que eu não tive sorte... Ou talvez eu não tivesse tido o momento propício na legislatura passada que V. Exa. tem tido com toda a coragem, com competência coletiva da sua equipe, quando, na legislatura passada, eu ouvi, uma vez, um colega de gestão, chamado de Djedah, falar da importância de que os autistas precisariam ter da gestão pública na capital. O que V. Exa. tem feito de luta pelo centro de atenção é algo emocionante. Eu quero deixar muito claro ao senhor que tenho amigas, amigos que estão atentos a essa bandeira que o senhor vem defendendo – o senhor vem fazendo isso. Quero humildemente lhe dizer que, no momento de destinar emendas impositivas, no momento em que o senhor precisar desse colega aqui, na Malucos do Bem a gente tem um carinho muito grande pela bandeira, mas eu tinha que fazer o reconhecimento público ao que o senhor vem fazendo, que certamente vai mudar a vida de muitas crianças e das suas famílias. Parabéns, Ver. Claudio Janta.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PLL nº 343/22, de autoria da Mesa Diretora; o PR nº 055/22, de autoria da Mesa Diretora; o PR nº 056/22, de autoria da Mesa Diretora.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sra. Presidente, subo à tribuna, utilizando o tempo do PL, partido do Presidente da República, para trazer aqui uma nota de repúdio do PL

municipal. Uma obra de arte em que se está utilizando a cabeça do Presidente da República numa partida de futebol não pode ser considerado uma coisa normal. Isso, sim, é um discurso de ódio; isso, sim, é fascismo e outras coisas mais. Nós temos que pregar o amor, o diálogo, a conversa, não a violência; não a risada ou deboche, como esse vereador aqui da esquerda, ultraradical, que eu não vou citar o nome para dar engajamento, que é amigo da Maria do Rosário e da turma do PT, essa turma do mensalão. Ocorre o seguinte: eu estou falando aqui sobre um assunto importante, que é sobre o Presidente da República, que está sofrendo um revés, uma perseguição, um discurso de ódio. A cabeça do Presidente da República que está sendo utilizada numa obra de arte, como bola de futebol, e o vereador do PT dando risada. E o respeito com o Presidente da República? E o respeito com essa entidade tão importante? O Presidente é o Presidente de todos! E esse vereador aqui não sabe conviver com o contraditório, infelizmente.

O comunismo matou mais de 100 milhões de pessoas no século passado. Nós estamos nos aproximando do período eleitoral, ao invés de falarmos sobre propostas, de coisas boas, pensando no melhor viver da cidade de 1,5 milhão de pessoas que moram em Porto Alegre, de 11,5 milhões de pessoas que moram no Rio Grande do Sul, se fala de violência e de discurso de ódio da esquerda ultraradical. Então fica aqui a nossa nota de repúdio por essa obra de arte que indevidamente utilizou a cabeça do Presidente da República, numa brincadeira do pior gosto possível. Nós temos que pensar nas pessoas!

(Não revisado pelo orador.)

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

Ver. Alexandre Bobadra, nós gostaríamos de voltar com a sessão, nós temos vereador na tribuna, esperando para poder exercer o seu papel. Muito obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Ver.^a Mari Pimentel, saudação aos colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, segunda-feira, os ânimos bastante animados, eleição acontecendo. Não é diferente nós vemos essas divergências acontecerem no plenário, como também aqui da tribuna. Mas vamos olhar um pouco para Porto Alegre, onde moramos, os problemas existem e são muitos, e nós precisamos, sim, cobrar do governo ações concretas de algo que acontece e que não satisfaz alguns vereadores e vereadoras. Falo aqui, por exemplo, de um problema enorme que aconteceu há poucos dias na cidade, onde um cidadão chamado Dener Hernandez Silva perdeu sua vida, simplesmente porque houve fortes chuvas e ali no Arroio Moinho, que fica na região leste de Porto Alegre, mais conhecida inclusive como a Rua da Represa, ali há um problema antigo, onde os governos se esquivam, isto é, não resolvem o problema. Tentaram fazer uma maquiagem,

arrumando a rua, a primeira enxurrada que veio e já virou uma esculhambação. Vários governos tentaram ali fazer uma certa tapeação, como falei antes, colocando alguns bueiros e função do Arroio Moinho, e isso não dá evasão suficiente da água. Portanto nós temos que defender um projeto estratégico de instituir ali galerias que são importantes para poder escoar a água da chuva, não trancando com galhos ou algo que desce no Arroio Moinho, para não atingir as casas das famílias que estão no entorno ou na lateral desse arroio. Os governos não apresentam nenhum projeto de regularização fundiária e nem mesmo de deslocamento dessas famílias que estão numa situação de área de risco. Portanto, nós nos solidarizamos com essas famílias que clamam pela presença do poder público que não vai nas comunidades, quando vai, fazem uma tapeação. Portanto, este governo e outros governos foram os governos para os ricos e não para os pobres. Nós, queremos aqui, Ver. Bosco, destinar emendas na peça orçamentária que institua essas galerias. Quem sabe lá esse governo, como outros que não tiveram a sinalização – como o Bosco fala – possa se sensibilizar. A comunidade vai estar aqui, a comunidade vai cobrar do governo, nós vamos pedir audiência pública, nós vamos pedir reunião na comissão, nós vamos encaminhar emenda ao orçamento para que, a curto e a médio prazo, se tenha um planejamento de poder deslocar as famílias que estão em área de risco e famílias que estão correndo o risco desse arroio Moinho não ter tido essas galerias prometidas há muito e muitos anos.

Um outro assunto que me dá tamanha preocupação é com relação à área da saúde. O governo municipal tem que pagar no final do mês – era para ter pago no mês passado – o piso nacional do salário para os trabalhadores da saúde e não pagou. Não pagou para os Agentes Comunitários de Endemias, para os agentes comunitários; era para ter pago e não pagou no mês passado. O recurso federal veio de fundo a fundo para o Município, e o governo, numa reunião que eu tive com secretário de saúde, se comprometeu em mandar uma lei para esta casa e não mandou. Eu quero saber do secretário de saúde, nobre Mauro Sparta, o senhor vai pagar o salário do piso nacional aos Agentes Comunitários de Saúde e agente de endemias, aos demais trabalhadores agora no final do mês ou não vai pagar? É a lei e, portanto, o senhor está recebendo esse recurso e tem que pagar. A secretaria da Fazenda tem que pagar! Nem precisaria de nova lei, porque pode ser feito por decreto, assim mesmo nem precisaria de decreto, é uma lei nacional, é uma emenda constitucional, por isso poderia, com certeza, uma vez que veio o recurso, também pagar. E eu queria também saber do Secretário Municipal de Saúde porque ele continua afastando trabalhadores da saúde por suspeita de uma bactéria, por suspeita. Antes afastavam sem o CID no atestado, agora estão afastando com o CID de suspeita ou até mesmo de pressão alta. Mas que barbaridade, Ver. Janta, fale com o secretário, ele está criando um enorme problema para ele mesmo, isso é inconstitucional. Não se afasta um funcionário sem ter um atestado médico dizendo da sua incapacidade por ter tido uma doença, uma moléstia e com o CID ali acompanhando. Pois na área da saúde continuam afastando trabalhadores sem ter motivo! Isso é vergonhoso, é desleal, é inconstitucional, mas, infelizmente, acontece na república de Porto Alegre, no Município de Porto Alegre! É lamentável isso! Isso inclusive pode levar o secretário a responder processos daqui a alguns anos – agora e

daqui a alguns anos. Pode levar até o prefeito a responder por improbidade administrativa, porque está cometendo algo ilegal - essa que é a verdade! O recado foi dado, esperamos que a lei seja cumprida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Ver.^a Mari Pimentel, presidindo os trabalhos do dia de hoje; vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra de assistir pelo Canal Câmara, TVCâmara. Há poucos minutos, o Ver. Leonel Radde esteve aqui nesta tribuna falando sobre a morte trágica do menino, jovem de 18 anos, Gabriel Marques Cavaleiro. Andou bem V. Exa., Ver. Radde, porque não é possível que nós tenhamos esses episódios repetidos, como de resto em todo Brasil, mas aqui no nosso Estado de forma reiterada. Ainda um tempo atrás, denunciávamos a morte do Sr. Alceu, em Alvorada, nas mãos de policiais militares identificados, mas que até agora não foram punidos. Isso já tem, vereadoras e vereadores, quatro anos! Da mesma maneira, denunciávamos aqui a morte do menino Lucas, em Porto Alegre, também assassinado por policiais militares, também sem punição. E agora nós temos, entre outros episódios dessa natureza, a morte brutal de um menino que ia servir ao exército; aliás, seu sonho. Um menino de Guaíba que vai a São Gabriel é preso sem motivo algum e achado morto vários dias depois, e tudo indica que foi um homicídio. Só não afirmo isso ainda aqui porque falta a perícia e tenho responsabilidade. Mas nós sabemos os métodos empregados. Lá no caso do Seu Alceu, em Alvorada, assim como o caso do Lucas, em Porto Alegre, os autores, policiais militares, foram identificados. E o caso do Gabriel Marques Cavaleiro, pelo qual fizemos hoje, Ver. Radde, um minuto de silêncio nesta Casa, é algo que nos choca profundamente. Profundamente! Eu tive um projeto, Ver. Radde, quando era deputado, para que os policiais militares utilizassem câmeras nas fardas e nas viaturas, e não foi aprovado. O mesmo projeto a Ver.^a Luciana Genro apresentou na Assembleia e também não foi aprovado. O fato é que nós não podemos mais conviver com delitos dessa natureza, com comportamentos criminosos deste jaez: fardas pagas pelo erário, armas pagas pelo povo do Rio Grande do Sul. Repito, como de resto, no Brasil, o caso do Genivaldo, em Sergipe, o rapaz que sofria esquizofrenia colocado dentro de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal – processo para o qual foi imposto sigilo de 100 anos –, que foi filmado, onde riam do sofrimento de quem não podia respirar é algo que choca profundamente a todos e todas que vêm o mínimo de civilidade, o mínimo de comportamento digno de servidores das forças policiais. Esse mínimo não existe em muitos casos, e são casos que se tornam impunes, e, portanto, incentivadores de outros tantos que vêm no presente e virão no futuro, lamentavelmente. Não é mais possível aguentar isso! Não é mais possível suportar isso! É muito duro ouvir isso, como cidadãos e cidadãs – e eu sou pai, Ver. Radde, e sou avô –, ver isso, presenciar isso, conviver nesse tempo brutal, em que

aqueles que deveriam nos proteger, aqueles que deveriam cuidar da sociedade são os que cometem os piores, os mais brutais delitos, homicídios bárbaros, incluindo a tortura pré-morte. Fica aqui esse protesto, Presidente Mari Pimentel. Fica aqui a nossa manifestação, fica aqui também a nossa solidariedade às vítimas e a seus familiares, mas também o compromisso de lutar muito para que isso nunca mais aconteça.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento da Ver.^a Mônica Leal, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos para, imediatamente, entrarmos no período de Pauta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0168/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 008/22, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que altera o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 876, de 3 de março de 2020 – que institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica –, considerando como de baixo risco a atividade principal de Classificação Nacional de Atividades Econômicas nº 4729-6/01 - Tabacaria. **(SEI 019.00030/2022-21)**

PROC. Nº 1083/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 466/21, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que denomina Rua Marcelo de Assis da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Sessenta e Quatro, localizado no Bairro Vila Nova. **(SEI 161.00173/2021-91)**

PROC. Nº 0057/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/22, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que cria o Programa de Promoção à Educação Ambiental dos Servidores Públicos de Porto Alegre. **(SEI 161.00018/2022-55)**

PROC. Nº 0553/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 280/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que denomina Rua Sub-Tenente Alberche o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Três Mil Setecentos e Seis, localizado no Bairro Partenon. **(SEI 021.00124/2022-98)**

PROC. Nº 0586/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 295/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia da Esfiha Libanesa no Anexo da

Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, no dia 09 de setembro de cada ano. (SEI 222.00054/2022-39)

PROC. Nº 0587/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 296/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Tabule Libanês no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, no primeiro sábado do mês de julho de cada ano. (SEI 222.00055/2022-83)

PROC. Nº 0609/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 305/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Quibe Libanês no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, no dia 23 de setembro de cada ano. (SEI 222.00059/2022-61)

PROC. Nº 0632/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 315/22, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia do Prefeito da Praça no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, no dia 17 de junho de cada ano. (SEI 034.00317/2022-36)

PROC. Nº 0649/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 326/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Krav Maga no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, a ser comemorada anualmente no dia 18 de janeiro. (SEI 222.00069/2022-05)

PROC. Nº 0578/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/22, de autoria do Ver. Lucas Fuhr, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação VIA Pró-Doações e Transplantes/VIAVIDA. (SEI 284.00009/2022-22)

PROC. Nº 0580/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/22, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Claudia Nubia Warken Bartelle, com base na Resolução nº 2.083, de 7 de novembro de 2007, e alterações posteriores. (SEI 038.00036/2022-80)

PROC. Nº 0624/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 051/22, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Solimar Amaro. (SEI 038.00038/2022-79)

PROC. Nº 0599/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 020/22, que inclui o parágrafo único no art. 1º da Lei nº 11.229, de 6 de março de 2012, para acrescentar a

hipótese de concessão de bônus moradia como instrumento da política habitacional do Município de Porto Alegre. (SEI 118.00376/2022-10)

PROC. Nº 0341/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 189/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Morro da Tapera o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5148, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00031/2022-39)

PROC. Nº 0610/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 306/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Baklava Libanês no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, a ser comemorado anualmente no dia 20 de março. (SEI 222.00060/2022-96)

PROC. Nº 0458/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/22, de autoria do Ver. Felipe Gaspar, que concede a Comenda Porto do Sol ao Senhor Eduardo Aspesi. (SEI 283.00005/2022-45)

PROC. Nº 0459/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/22, de autoria do Ver. Felipe Gaspar, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Cristiano Maia Soares. (SEI 283.00006/2022-90)

PROC. Nº 0460/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/22, de autoria do Ver. Felipe Gaspar, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Dirceu Reis da Silva. (SEI 283.00007/2022-34)

PROC. Nº 0461/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/22, de autoria do Ver. Felipe Gaspar, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Professor Ranir dos Santos Rodrigues. (SEI 283.00008/2022-89)

PROC. Nº 0577/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/22, de autoria do Ver. Lucas Fuhr, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Rotary Club Porto Alegre – São Geraldo. (SEI 284.00011/2022-00)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1372/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 057/21, que altera o anexo; inclui os incs. IX e X no *caput* e revoga os incs. VI e VIII todos no art. 3º na Lei nº 11.403, de 27 de dezembro de 2012, que cria empregos em comissão ou funções em comissão na estrutura organizacional da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa). (SEI 118.00435/2021-61)

PROC. N° 0183/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO N° 009/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que altera o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei Complementar n° 197, de 21 de março de 1989 – que institui e disciplina o imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos –, e alterações posteriores, estabelecendo que a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos informado na declaração prestada pelo contribuinte na guia de imposto e dando outras providências. **Com Emenda n° 01, da Ver^a Comandante Nádia. (SEI 025.00017/2022-66)**

PROC. N° 0600/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 047/22, de autoria do Ver. Cezar Schirmer, que concede a Comenda Porto do Sol ao Jornalista Fabiano Brasil. **(SEI 214.00007/2022-01)**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde colegas vereadores, Presidente Mari, imprensa, diretores. Olha, laranja podre têm em todas as áreas. Poderia aqui começar a citar que próteses foram colocadas na saúde, no corpo humano de pessoas, próteses de terceira categoria, como se fossem de primeira. É claro que é triste, é uma tragédia o que aconteceu. Ninguém aqui quer justificar. Agora, a laranja podre não pode, de forma nenhuma, desfazer o trabalho da Brigada Militar; desfazer o trabalho dos soldados que defendem as nossas vidas com as suas vidas. Eu vinha, como sempre faço, acompanhando a sessão plenária *on-line*, quando eu não estou aqui, estou *on-line*. Eles fazem, os policiais militares, um trabalho incansável. Nós temos abaixo do efetivo sempre; nós deveríamos ter, pelo aumento da população, em torno de 60 mil brigadianos. Pelo que eu sei, nós temos 18 mil brigadianos.

E a atitude da Brigada Militar, eu acompanho, foi imediata, a polícia, como tem que ser, foi guardiã da lei. Imediatamente, o Cel. Feoli tomou uma atitude; a Corregedoria da Brigada Militar entrou em ação, os três soldados da Brigada Militar foram afastados, telefones celulares recolhidos, e assim que ficou comprovado o procedimento errado da abordagem, que havia contradição, que havia indícios de que tinham cometido um crime, foram presos. Isso é cortar na própria carne, isso é trabalhar com lisura. A Brigada Militar é uma instituição que nos orgulha; e, em todas as pesquisas, a Brigada Militar gaúcha é apontada como a melhor do Brasil. Nós não podemos, de forma alguma, deixar que alguém generalize. Sim, foi uma monstruosidade o que fizeram, não é esse tipo de atitude que se espera de policiais, policiais devem proteger a vida, e não colocar a vida em risco, acabar com a vida. Isso é inadmissível e foi prontamente declarado em ações pelo comando da Brigada Militar.

A não observância de um procedimento padrão, um regime que não é o real, que é o ideal, configura crime – essas foram as palavras do comandante da Brigada

Militar, o Cel. Feoli, hoje cedo na entrevista para a Rádio Gaúcha. Não deixou, nem por um minuto, de prestar atendimento ao ocorrido, à família e à imprensa. Então eu subo a esta tribuna para deixar bem claro que a instituição não compactua com o erro. Esse tipo de atitude não mostra o que instituição é na realidade, todos os senhores e as senhoras sabem. A Brigada Militar gaúcha é um orgulho para nós, e eu não vou deixar que ninguém, enquanto eu for vereadora e subir a esta tribuna, coloque em dúvida a lisura dessa instituição. Três maus policiais irão pagar por isso. A Brigada Militar segue avante, com palmas pelas suas ações. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 16h38min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 613/21, do PLL n° 525/21 e do PLL n° 073/22, por duas sessões.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** (Errata: o requerimento de adiamento da discussão do PLL n° 525/22 foi retificado para uma sessão.)

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do PLCL n° 019/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda n° 01, de autoria dos vereadores Gilson Padeiro, Moisés Maluco do Bem e Idenir Cecchim, ao PLCL n° 012/22.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n° 01 ao PLCL n° 012/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n° 04 ao PLL n° 443/21.

Apregoo as Emenda n°s 05 e 06, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLL n° 443/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria dos vereadores Alvoní Medina e José Freitas, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 05 e 06 ao PLL nº 443/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLL nº 443/21.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria dos vereadores Alvoní Medina e Ver. José Freitas, ao PLL nº 443/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria dos vereadores Alvoní Medina e Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLL nº 443/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0475/21 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que institui a Política Municipal de Fomento ao Empreendedorismo Negro no Município de Porto Alegre. **(SEI 209.00063/2021-62)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 17-08-22 (quarta-feira).

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PLL nº 179/21, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Daiana Santos, solicitando votação em destaque para o inc. II do art. 5º e para o art. 9º, ao PLL nº 179/21, com Veto Parcial. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal o inc. II do art. 5º, destacado, ao PLL nº 179/21, com Veto Parcial. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.)

Sra. Presidente, são 30 votos **NÃO.**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADO o inc. II do art. 5º ao PLL nº 179/21. Mantido o Veto Parcial.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos a intenção do Ver. Kaká D'Ávila em votar “não” nesse dispositivo.

(Procede-se à leitura do art. 9º do PLL nº 179/21.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, só para registrar um acordo da base do governo conosco sobre essa segunda emenda, a nossa orientação é para votar “não”.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o art. 9º, destacado, ao PLL nº 179/21, com Veto Parcial. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 31 votos **NÃO.**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADO o art.9º ao PLL nº 179/21. Mantido o Veto Parcial.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passemos agora aos dispositivos não destacados, que serão votados conjuntamente, é o restante do veto.

Vereador Claudio Janta (SD): Sra. Presidente, nós fizemos um acordo com a autora, quero orientar a base do governo que agora é “sim.”

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Presidente, reafirmo aqui o acordo feito com a base do governo, e a orientação é que o voto seja “sim”.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação nominal o inc. I do art. 2º, § 1º do art. 3º, e art. 7º ao PLL nº 179/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 30 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): APROVADO o PLL nº 179/21. Rejeitado o Veto Parcial.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1285/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 570/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece a dispensa das aulas e a realização de avaliação em períodos alternativos aos estudantes atletas e dá outras providências. **(SEI 023.00033/2021-70)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CUTHAB e CECE**. Relatora-Geral Verª Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Verª Mari Pimentel (Líder da Bancada do NOVO);
- adiada a discussão por duas Sessões em 08-08-22;
- incluído na Ordem do Dia em 13-07-22.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PLL nº 570/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, vou ser rápido porque a questão é sucinta mesmo – peço a compreensão dos vereadores. Esse projeto que estabelece a dispensa das aulas e a realização de avaliação em períodos alternativos aos estudantes atletas e dá outras providências, isso com a solicitação de um pai, que sentindo que seu filho estava no momento de definir sua atividade no esporte, a escola não liberava para que ele pudesse fazer os jogos. Não existe atleta só treinando, existe atleta competindo; isso é importante. Então vem e visa a proteger o estudante\atleta que esteja participando de eventos ou competições oficiais, substanciando com a dispensa das aulas e fazendo no momento adequado, com o bom senso da diretora, da escola e com autorização dos pais. Então, o projeto é simples e vem ao encontro da família, que

quer ter o estudante na escola estudando, mas também quer que o atleta tenha destaque, que ele possa progredir, senão, não tem o porquê nós exigirmos tanto que o atleta se destaque. Eu sou da época do fruto do esporte escolar, realmente nós tínhamos competição escolar, hoje não tem. O que tem, então? Tem outras competições particulares que são feitas em clubes, em centro de ginástica de qualquer tipo de esporte, como o futebol, e tem um crescimento, tem sub-10, sub-11, sub-12, e os clubes exigem que essas crianças tenham, sim, participação nas escolas, elas têm que levar lá o seu boletim, as suas aulas, as suas referências, as suas permanências, enfim, os dois lados fiscalizam. Os dois lados fiscalizando, a escola dando auxílio e retaguarda para que o estudante possa competir, e aquela equipe que compete exigindo que o garoto e os pais tragam o reconhecimento também da escola, olha, é esse o esporte que nós queremos. Portanto, mais a emenda da Ver.^a Mari, nós deixamos fora a iniciativa privada, mas eu acredito que a iniciativa privada pode pegar como exemplo as escolas públicas, de que também deve abrir essa brecha para o bom entendimento, para que haja, sem dúvida, cada vez mais estudantes estudando bem e praticando a prática esportiva nos projetos que eles quiserem, na iniciativa privada. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Emenda nº 01 ao PLL nº 570/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 570/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0852/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 023/21, que altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 12.248, de 23 de maio de 2017, que dispõe sobre a remuneração de servidor público investido no cargo de Secretário Municipal, para incluir Diretor-Geral de Autarquia municipal, Presidente de fundação municipal de direito público ou de Procurador-Geral do Município não alcançado pela Lei municipal nº 11.979, de 22 de dezembro de 2015. **(SEI 118.00256/2021-23)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relatora Ver.^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 15-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 023/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade da Ver.^a Maria Pimentel e do Ver. Felipe Camozzato.

VEREADOR PEDRO RUAS (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de votação do PLE nº 023/21, já que a votação foi simbólica.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Defiro seu pedido. Em verificação de votação, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 023/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0356/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 012/22, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que cria o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana e de Transporte Público – FUMUTP. (SEI 036.00064/2022-07)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 13-07-22;
- adiada a discussão por três Sessões em 08-08-22;
- incluído na Ordem do Dia em 13-07-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCL nº 012/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 012/22. (Pausa.)

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Apenas para explicar que a Emenda nº 01, que está em tela para os colegas, é a emenda do governo, o Ver. Idenir Cecchim e o secretário de Mobilidade, tecnicamente, fizeram o ajuste necessário para que a gente pudesse enfrentar esse tema e dispor, no Município, de um fundo municipal que receberá recursos para combater aumento de tarifa, etc. Então, a emenda que está aí é a emenda proposta pela Secretaria de Mobilidade, o corpo técnico e o governo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Moisés

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 16 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): REJEITADA a Emenda nº 01 ao PLCL nº 012/22.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos a intenção do Ver. Márcio Bins Ely votar ter votado favoravelmente à Emenda nº 01, no entanto, o voto chegou depois do fechamento do painel e não pôde ser computado.

Vereador Claudio Janta (SD): O governo gostaria de orientar: nós tínhamos feito acordo com o Ver. Moisés Maluco do Bem de apormos emenda. Se não foi aprovada a emenda, nós pedimos desculpas ao vereador, mas o governo encaminha “não” ao projeto.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o PLCL nº 012/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 03 votos **SIM** e 28 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): REJEITADO o PLCL nº 012/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada da priorização do Requerimento nº 075/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada de priorização do PLE nº 010/21, e inclusão na priorização, com apreciação imediata, do PLCE nº 008/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão suspensos os trabalhos da presente sessão.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h15min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 17h16min: Estão reabertos os trabalhos.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

VEREADOR PEDRO RUAS (Requerimento): Solicito a suspensão da sessão por dois minutos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h18min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 17h19min: Estão reabertos os trabalhos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0446/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/22, que institui a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras e o Controle Eletrônico de Serviços Tomados por Instituições Financeiras. **(SEI 118.00307/2022-06)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-07-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 008/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Mari Pimentel e Pedro Ruas, o PLCE nº 008/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 30 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLCE nº 008/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.)

Em relação ao adiamento PLL nº 525/21, de autoria desta vereadora, retifico que o adiamento será por uma sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 12 Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores registraram suas presenças.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há quórum.
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h28min.)

* * * * *